

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.550 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 2002

Althoff cobra denúncia contra dirigentes e empresários acusados pela CPI do Futebol

Relator da CPI que apurou irregularidades no futebol brasileiro, o senador Geraldo Althoff cobra do Ministério Público a formulação de denúncias contra dirigentes e empresários apontados como corruptos, estelionatários, sonegadores de impostos e responsáveis por gestão fraudulenta nos clubes e federações.

PÁGINA 3



Roosevelt Pinheiro

Mozarildo Cavalcanti preside a CPI que apura atuação irregular de ONGs no país

Comissão acompanhará depoimento de ONG à PF

PÁGINA 2



José Cruz

Arlindo Porto aplaude recomendação do Banco Mundial para que países ricos abram mercados

Porto pede abertura de mercados ricos

PÁGINA 4



Foto: Radalobras

Programas de preservação da natureza estão sendo realizados em consequência de acordos firmados na Rio-92

Jefferson espera "passo adiante" na preservação

Queimadas e inundações vão dominar debates na Conferência Rio+10, afirma Jefferson Péres, presidente da Comissão de Relações Exteriores.

PÁGINA 4



Roosevelt Pinheiro



José Cruz

Lúcio Alcântara defende isenção de tributos e rapidez na liberação de créditos para exportador

Alcântara quer recursos para os exportadores

PÁGINA 4

Vai à Câmara cobrança de iluminação pública

A Mesa do Senado encaminhou ao exame da Câmara dos Deputados a proposta de emenda à Constituição que possibilita aos municípios e ao Distrito Federal cobrar pelos serviços de iluminação pública. A proposta é de autoria do senador Álvaro Dias.

PÁGINA 4

Projeto obriga apostador a informar número do CPF

PÁGINA 3

Comissão acompanha depoimento de ONGs à PF

Dirigentes de duas entidades que atuam em Rondônia devem ser ouvidos sobre denúncias de irregularidades. Mozarildo Cavalcanti informou que CPI prepara lista de organizações que usam recursos públicos sem controle oficial

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga denúncias contra organizações não-governamentais (ONGs) irá acompanhar os depoimentos, à Polícia Federal, de integrantes de duas entidades que atuam em Rondônia – a Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Mato Grosso e Sul do Amazonas (Cunpir) e a Proteção Ambiental Cacoalense (Paca). Os depoimentos ainda não têm data marcada, mas, de acordo com o presidente da CPI, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), a previsão é que ocorrerão na primeira quinzena de setembro.



Moreira Mendes é autor de requerimento para investigação das ONGs de Rondônia

De acordo com o senador Moreira Mendes (PFL-RO), autor do requerimento à CPI para a apuração da atuação dessas ONGs, existem diversos comentários sobre irregularidades praticadas pelas

entidades na região em que atuam e sobre a qual, conforme enfatizou, exercem significativa influência.

Mozarildo Cavalcanti disse que a comissão está cuidando, ao mesmo tempo, de encaminhar ofícios e pedidos de informação a outras entidades que também estão sendo investigadas pela CPI, como é o caso da Associação Amazônia. Um de seus colaboradores – Paulo César Monteiro de Medeiros – foi ouvido na semana passada pelos senadores.

Segundo Mozarildo, a CPI encaminhou pedido à Interpol para que colha o depoimento do conde italiano Paulo Roberto Imperiali, que foi citado como um

dos doadores de recursos para a Associação Amazônia. Afirmou ainda que está solicitando os dados de que a Receita Federal dispõe sobre a importação de equipamentos para essa ONG, que teriam ingressado no país por meio de outra ONG, do Paraná, com isenção de impostos.

O presidente da CPI observou que não pretende aguardar o relatório final da comissão, previsto para a primeira quinzena de dezembro, para solicitar o encerramento das atividades de algumas ONGs que, em sua avaliação, funcionam irregularmente no país, como a Associação Amazônia, a Focus, a Coperíndio e outras em Rondônia, Roraima e São Paulo

que também apresentam problemas de ordem trabalhista, fiscal e contábil e de exploração indevida do meio ambiente.

– Nós iremos continuar apurando outros fatos concretos que demonstrem como funcionam essas entidades. Porém, já iremos pedir a ação preventiva da polícia para impedir a continuidade das atividades de algumas delas, comprovadamente irregulares, como a Associação Amazônia, de forma a evitar mais danos ao patrimônio nacional – comunicou o senador, acrescentando que a CPI está preparando uma lista das ONGs que vivem às custas de recursos públicos e sem qualquer tipo de controle oficial no país.

Projeto normatiza organização estrangeira

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) já encaminhou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) parecer sobre o projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que trata da personalidade jurídica das organizações não-governamentais estrangeiras e do reconhecimento jurídico dessas entidades. A proposta prevê a criação de registro próprio e estabelece o monitoramento das entidades. Após apreciada na CCJ, a ma-

téria será encaminhada à Comissão de Relações Exteriores (CRE) para decisão terminativa.

Entre as propostas de Sebastião Rocha estão a criação de um registro das ONGs estrangeiras que atuam no Brasil. Segundo José Eduardo Dutra, esta era uma antiga reivindicação de diversos setores da sociedade. O projeto também estabelece mecanismos de controle das atividades das organizações, como o acompanhamento da origem dos

recursos e dos trabalhos.

O projeto determina ainda que a entidade deverá ter um representante legal, apto a praticar todos os atos da vida civil, inclusive os que se referem aos atos judiciais. Estabelece, também, “princípios da soberania nacional, da ordem pública e dos bons costumes como fundamentais para o funcionamento das organizações estrangeiras no Brasil”, afirma o relator.

Emilia elogia olimpíada de surdos do Mercosul

A Primeira Olimpíada de Surdos do Mercosul, que será realizada em novembro, em Passo Fundo (RS), é mais um avanço rumo à inclusão social dos portadores de deficiência, disse a senadora Emilia Fernandes (PT-RS). A competição reunirá atletas de pelo menos seis países latino-americanos em diversas modalidades, como vôlei, basquete, handebol, tênis, natação e xadrez.

Além da organização de eventos

esportivos, Emilia defende outras formas de inclusão social dos deficientes auditivos, a exemplo do uso da linguagem de sinais em programas de televisão. A senadora



Evento é avanço para inclusão social dos deficientes auditivos, diz Emilia

apresentou projeto de lei nesse sentido, obrigando os governos federal, estaduais e municipais a usa-

rem essa linguagem em toda a sua programação. O projeto foi aprovado pelo Senado e encontra-se na Câmara dos Deputados.

Emilia elogiou o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) por criar, na Internet, o primeiro Dicionário Virtual em Língua Brasileira de Sinais.

Senado nas eleições

As entidades que realizam pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos, para conhecimento público, são obrigadas a registrar, no Tribunal Superior Eleitoral e nos Tribunais Regionais Eleitorais, caso se trate de eleição presidencial ou eleição federal e estadual, informações sobre quem contratou a pesquisa, valor e origem dos recursos despendidos, metodologia, período e local de realização da pesquisa. As empresas também

Faltam 40 dias para as eleições

deverem indicar os nomes dos responsáveis, para que expliquem eventuais irregularidades. O registro deve ser feito até cinco dias antes da apresentação dos resultados.

Para a divulgação dos resultados da pesquisa devem ser informados, obrigatoriamente, o período da realização da coleta de dados e as respectivas margens de erro, o nome de quem a contratou e da entidade ou empresa que a realizou.

Recado aos leitores

O Senado Federal é a Casa da Federação brasileira em que todos os estados têm a mesma representação política: três senadores. Já na Câmara dos Deputados são os estados mais populosos e com maior número de eleitores que têm uma representação maior de parlamentares. E nesta eleição, cada eleitor, para bem exercer o seu direito de cidadania, deverá votar em dois senadores, pois o Senado estará renovando dois terços da sua composição.

Senador Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Apostador de loteria poderá ser obrigado a informar CPF

O apostador de jogos de loteria explorados pela Caixa Econômica Federal (CEF) poderá ser obrigado a se identificar pelo seu número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Fazenda. Projeto neste sentido, de autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), foi encaminhado para decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Carlos Bezerra explicou que sua proposta tem como um dos objetivos facilitar o trabalho das autoridades brasileiras responsáveis pelo combate ao crime organizado. Ele opinou que a manutenção do sistema de apostas ao portador para as diversas loterias exploradas pela CEF é um convite à utilização destes jogos como meio para a "lavagem" de dinheiro.

— O próprio Congresso Nacional, quando da investigação reali-



Projeto de Carlos Bezerra visa combater "lavagem" de dinheiro

zada na CPI do Orçamento, em 1994, diagnosticou o uso de loterias como elemento para legitimar uma renda auferida de maneira ilegal. A tecnologia disponível já permite que a CEF possa, sem grandes alterações, incluir nos comprovantes de aposta o número de inscrição do CPF do apostador — afirmou Carlos Bezerra.

Pela proposta, as apostas na Loteria Federal, Loteca, Lotogol, Megasena, Supersena, Quina, Lotomania ou qualquer outra loteria que a CEF vier a explorar deverão conter um campo para o apostador registrar o seu número de CPF. O projeto também estipula que se determinado concurso não tiver acertador, os concorrentes continuarão concorrendo aos sorteios subsequentes, com as mesmas apostas, até que o prêmio tenha um vencedor.

— O resultado do trabalho da CPI já pode ser visto até mesmo na administração de alguns clubes, nas propostas do Estatuto de Defesa do Torcedor e na medida provisória que responsabiliza criminalmente

Althoff cobra ação contra os acusados pela CPI do Futebol

Senador destaca medidas adotadas a partir do relatório final, mas lamenta a "omissão do MP" com relação às pessoas envolvidas

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) cobrou do Ministério Público a apresentação de denúncias contra os dirigentes de futebol e empresários apontados pela CPI do Futebol como corruptos, estelionatários e sonegadores de impostos. O relatório também indicou responsáveis por gestão fraudulenta nos clubes e federações, falsidade ideológica e evasão de divisas.

— É preciso ver o interesse dos



Resultado da CPI já pode ser visto em alguns clubes, afirma Geraldo Althoff

os dirigentes corruptos e temerários. Mas a grande decepção em tudo isso é ver a omissão do Ministério Público — disse Althoff, que foi relator da CPI.

AVANÇO

Althoff disse que a nova proposta da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para o calendário do futebol brasileiro no ano que vem é uma consequência do trabalho da CPI. Segundo ele, ainda não é a fórmula ideal, mas representa um grande avanço a intenção de realizar um Campeonato Brasileiro com oito meses de duração.

— É preciso ver o interesse dos

clubes, o que seja mais viável, mais rentável para os clubes e mais atrativo para os torcedores. Não importa se a boa idéia vem de um dirigente inepto e incapaz como o Ricardo Teixeira; afinal de contas, as pessoas que dirigem o futebol ainda não mudaram. O futebol só será moralizado e profissionalizado depois de algum tempo e de muita pressão dos poderes públicos — afirmou.

O senador lembra que a pauta de votações da Câmara dos Deputados, neste ano, ficará trancada até que se vote a medida provisória que cria uma espécie de lei de responsabilidade fiscal para o esporte. A MP torna obrigatória a transformação dos clubes em empresas, além de responsabilizar criminalmente os dirigentes de clubes e entidades que cometam irregularidades à frente das instituições que dirigem.



O *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. As desta edição foram veiculadas pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta ou sugestão respondida nesta coluna, ligando gratuitamente para o serviço *A Voz do Cidadão* — 0800 661 2211 — e autorizando a publicação.

Vantuil da Silva, de Duque de Caxias (RJ): Quero pedir ao senador Ademir Andrade que defenda a aprovação de um projeto de lei permitindo a aposentadoria das pessoas que trabalham com radiologia depois de 25 anos de atividade.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) responde: Eu considero uma reivindicação justa, porque todas as pessoas que trabalham com radiologia sofrem interferência dos raios X, por mais protegidas que estejam. O tempo de 25 anos trabalhando com esse tipo de material radioativo é mais do que suficiente para a pessoa pedir a aposentadoria, como ocorre à semelhança de outras carreiras, como aqueles que trabalham com ar comprimido, no caso os mergulhadores, que podem se aposentar com 25 anos de serviço.

Roberto Pontes, de Campo Bom (RS): Sugiro a implantação de tecnologia agrícola e o estímulo à criação de agricultura comunitária com recursos provenientes das multas de trânsito, da loteria esportiva e dos demais jogos oficiais, com vistas a minimizar o êxodo rural.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) responde: Tanto os recursos das multas de trânsito quanto os das loterias já têm destinação definida. Com o valor das multas de trânsito é paga toda a despesa com a sinalização das cidades, a aquisição de equipamentos, viaturas da polícia e ambulâncias dos estados. As loterias dividem os seus recursos entre a educação, esporte e área social. Então, nós teremos que buscar outra fonte para obter essa renda. No interior do país, hoje, nós não temos fábricas, não temos empregos, e em muitas regiões nem sequer estradas, eletricidade ou saneamento básico. Isso provoca o êxodo rural. A solução, com certeza, será a criação dessa infraestrutura, e o governo tem feito muita força para tentar atingir esses objetivos.

Comissão propôs o indiciamento de 17 pessoas

Elaborado pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC), o relatório final aprovado pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Senado que, em 2001, investigou irregularidades no futebol brasileiro apontou a ocorrência de crimes de evasão fiscal, fraude cambial, evasão de divisas, sonegação de impostos, apropriação indébita e falso testemunho.

O relatório propôs o indiciamento de 17 personalidades ligadas ao esporte mais popular do país.



CPI do Futebol apurou, entre outros, crimes de sonegação de impostos e apropriação indébita

Entre os nomes citados estão o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, dos presidentes das Fe-

derações do Rio de Janeiro, Eduardo Viana, e de São Paulo, Eduardo José Farah, do técnico Wanderley Luxemburgo e do deputado federal Eurico Miranda, presidente do clube Vasco da Gama.

Em decorrência das investigações promovidas pela CPI, Edmundo Santos Silva, presidente do Flamengo, sofreu um processo de impeachment e foi afastado do clube carioca.

Campeonato Brasileiro deve ser disputado em 8 meses

O Campeonato Brasileiro de Futebol deve ter, a partir do ano que vem, oito meses de duração — abril a dezembro — em turno e retorno (cada clube joga contra todos duas vezes, uma em casa e outra no campo adversário), e com pontos corridos.

Atualmente, há um *playoff* disputado pelos oito melhores clubes na primeira fase, e o campeonato vai de agosto a dezembro, num total de quatro

meses.

Outra modificação que a Confederação Brasileira de Futebol pretende fazer é extinguir os chamados torneios regionais — Rio-São Paulo; Copa Sul-Minas; Copa do Nordeste; Copa do Norte e Copa Centro-Oeste, além da Copa dos Campeões.

Restarão três meses para a disputa dos campeonatos estaduais, que deverão ser fortalecidos.

No entanto, será mantida a

Copa do Brasil, disputada no primeiro semestre de cada ano, e cujo campeão se classifica para a Taça Libertadores da América.

O presidente da CBF, Ricardo Teixeira, um dos acusados de irregularidades pela CPI do Futebol, acatou a sugestão do grupo de trabalho criado pelo governo para redigir o Estatuto de Defesa do Torcedor, que propunha a realização de um Brasileiro em oito meses.

Jefferson espera que Rio+10 traga avanços importantes

Senador observa que queimadas na Amazônia e inundações na Europa e Ásia ajudam a solidificar a consciência ecológica em todo o mundo

Na opinião do senador Jefferson Péres (PDT-AM), as queimadas na Amazônia e as inundações na Europa e na Ásia vão estimular os debates na Conferência Rio+10, sobre o meio-ambiente, que começou ontem em Johannesburgo, na África do Sul. A Conferência avalia os progressos obtidos desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

Em entrevista à Rádio Senado, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional afirmou que essas adversidades irão reforçar os argumentos dos participantes da Conferência.

— Nossa tendência é de minimização do problema e de acomodação, mas quando sentimos que ele existe hoje e que nossa Casa já está ameaçada no presente, e não num futuro remoto, isso ajuda a solidificar a consciência ecológica em todo o mundo — afirmou o senador.

O representante amazonense espera que se dê em Johannesburgo



Para Jefferson, embora “menos do que seria desejável”, muita coisa foi feita desde a Rio-92

“outro importante passo adiante” para uma solução ambiental global. Ele vê progressos na preservação do meio ambiente desde a Rio-92, embora nem todos os países tenham cumprido os acordos firmados na ocasião.

— De 1992 para cá, muita coisa foi feita. O G-7 (grupo que reúne os sete países mais industrializados do mundo) começou a realizar programas importantes em todo o mundo, inclusive no Brasil, na Amazônia. É

menos do que seria desejável, mas, de qualquer modo, já há um programa efetivo das nações mais ricas para contribuírem financeiramente — observou.

Para Jefferson Péres, os Estados Unidos acabarão por rever sua posição de não assinar o chamado Protocolo de Kyoto, que prevê a redução da emissão de gases na atmosfera pelos países desenvolvidos.

— A recusa do governo Bush foi um retrocesso, mas, como todos os países estão assinando, os Estados Unidos estão ficando isolados. Tenho muita confiança em que o governo americano acabará revendo sua posição. Não é bom para nenhum país, mesmo para uma superpotência, como os Estados Unidos, ficar isolado. E mais: condenado moralmente pelos outros como um governo irresponsável que não tem preocupação com uma causa tão dramaticamente importante como é a de defesa do meio-ambiente — afirmou.

O mundo discute a questão ambiental

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), que começou ontem em Johannesburgo, África do Sul, é o terceiro encontro mundial realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para discutir a questão ambiental no planeta. O primeiro foi realizado em 1972, em Estocolmo, Suécia. Naquela época, já havia a preocupação com a aceleração da degradação dos recursos naturais no mundo. Vinte anos depois, no Rio de Janeiro, foi realizada a segunda conferência, a Eco-92. Este foi o primeiro encontro

mundial em que o conceito de preservação ambiental foi associado ao de desenvolvimento. Da Eco-92 saíram documentos como a Agenda 21 e a Convenção sobre Mudança do Clima.

Apesar disso, muitas das medidas programadas ainda não foram colocadas em prática, como o Protocolo de Kyoto, que prevê a redução das emissões de gases na atmosfera. A retomada de ações práticas para proteger o meio ambiente mundial é o principal desafio da conferência de Johannesburgo.

Porto cobra nova atitude dos países desenvolvidos

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) vê com ceticismo a determinação do Banco Mundial (Bird) aos países desenvolvidos para que diminuam as barreiras aos produtos agrícolas dos países pobres e em desenvolvimento e promovam a transferência de tecnologia entre as nações. A recomendação, constante do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, elaborado pelo Bird, tem por objetivo aproximar os países em termo de desenvolvimento e garantir que essa evolução aconteça sem agressões ao ambiente.

Porto reconhece, no entanto, que a recomendação é oportuna e deve ser debatida. Ele entende que o Brasil deve se apegar a essa posição técnica do Banco Mundial na luta pela redução das barreiras a produtos agrícolas, ainda que a solução para o problema seja eminentemente política e de governos.

O Banco Mundial também recomenda maior responsabilidade e transparência aos países pobres, principalmente na administração dos recursos públicos. Porto concorda, mas entende que a recomen-



Porto: Bird deve ajudar a reduzir dívida social

dação não serve apenas para os países pobres, e pede igualdade de tratamento por parte do banco.

— O que o Banco Mundial precisa fazer é priorizar os seus recursos para que os países em desenvolvimento sejam capazes de corrigir a grande dívida social, os problemas de habitação, saneamento e qualidade de vida, e investir no avanço tecnológico.

Alcântara pede urgência no crédito para exportadores

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), cobrou do governo rapidez na abertura de linhas de crédito para exportadores pelo BNDES, além da prometida isenção de PIS-Pasep/Cofins para produtos destinados à exportação.

Alcântara ficou alarmado com os números apontados pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), que estimou uma perda de US\$ 1 bilhão nas exportações brasileiras em 2002, devido ao cancelamento de créditos bancários, protecionismo dos paí-



Lúcio Alcântara afirma que o país precisa exportar muito mais

ses ricos, tributos em cascata e burocracia alfandegária.

— Vamos ter superávit na balança comercial este ano, mas acredito que muito mais pela redução das importações. O Brasil precisa exportar muito mais. Temos um percentual baixíssimo de participação no comércio internacional em relação às nossas possibilidades, e tudo se agrava em um momento de crise financeira como a que vivemos. Exportação significa mais emprego e crescimento econômico — disse o senador.

Em época de crise, bancos temem emprestar

Os exportadores brasileiros utilizam o crédito comercial que os bancos estrangeiros oferecem. O crédito é uma linha de financiamento que viabiliza desde a fabricação até a venda do produto no mercado importador. Com uma crise econômica, esses bancos, normalmente, diminuem ou cessam os financiamentos,

pois acreditam que correm o risco de calote, principalmente de países emergentes, como o Brasil. Essa postura dificulta a comercialização dos produtos no exterior. Os bancos estrangeiros evitam emprestar dinheiro para empresas de países em crise por receio de comprometer sua saúde financeira.

Cobrança de iluminação pública vai ao exame dos deputados

Proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que possibilita aos municípios e ao Distrito Federal cobrar pelos serviços de iluminação pública foi encaminhada à Câmara dos Deputados pela Mesa do Senado. A matéria foi aprovada com o voto favorável de 67 senadores.

Na justificativa, Álvaro Dias afirma que a proposta objetiva sanar controvérsias em relação à cobrança. Ele explica que, a partir dos anos 80, muitos municípios passaram a instituir uma taxa para prestação desse serviço, conhecida por Taxa de Iluminação Pública (TIP), que gerou ações judiciais questionando sua constitucionalidade.

O Supremo Tribunal Federal, acrescenta Álvaro Dias, firmou então jurisprudência, considerando inconstitucional a cobrança, sob a alegação de não se tratar de serviço



Álvaro diz que municípios não têm condições de custear a iluminação

público específico e divisível e, em certos casos, por ter base de cálculo coincidente com a de tributos como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Álvaro pondera que os municípios não têm condições de custear a iluminação pública por meio de seus impostos. “A

solução é emendar a Constituição para que possam vir a instituir e cobrar uma contribuição de iluminação pública, dentro da legalidade e sem os percalços das demandas judiciais”, justifica.

A utilização do conceito de “contribuição especial”, admitido pela Constituição, foi a alternativa encontrada em substituição ao termo “taxa”, que vinha sendo utilizado pelas leis municipais e foi considerado inconstitucional, informa o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Luiz Otávio (PPB-PA).